

Dívida Externa

Primeiro

Mundo

GAZETA MERCANTIL
deve ao

Brasil

26 FEV 1993

por Claudia Safatle
de Brasília

O governo brasileiro já conseguiu, nos últimos quatro anos, recuperar pouco mais de US\$ 600 milhões de dívidas vencidas de países subdesenvolvidos, através de operações de crédito à exportação do antigo Finex.

Não conseguiu, no entanto, receber praticamente nada dos credores privados de países desenvolvidos, que devem US\$ 419 milhões de financiamentos obtidos através do Finex, para estaleiros da Inglaterra, Luxemburgo, Bélgica e Dinamarca.

O Finex acumula, hoje, dívidas vencidas de US\$ 1,4 bilhão e a vencer de US\$ 2,75 bilhões.

As operações com países subdesenvolvidos têm sido realizadas através de troca de dívidas ("swap"). Esses países compram MYDFA (títulos da dívida brasileira) no mercado secundário e, com eles, pagam seus débitos de financiamento à exportação. Nessas negociações, os títulos de ambos os lados são negociados ao par, pelo seu valor de face.

Até agora já foram realizadas operações de "swap" de dívidas com Paraguai, Bolívia, Costa Rica e Guiana, e estão sendo fechadas nos próximos dias duas novas operações com o Egito e a Tanzânia.

Em geral, todos os países que receberam do Brasil a opção de fazer operações de troca de dívidas já negociaram acordos de reestruturação de dívida externa com o Clube de Paris e receberão, desses credores, redução de dívida ou juros concessionais.

"As operações de 'swap' representam a alternativa que o Brasil apresentou aos seus devedores, para retornar os instrumentos de redução ou perdão de dívida externa, ou prazos de 30 anos para pagamento dessas dívidas, dados pelo Clube de Paris", disse fonte qualificada do Ministério da Fazenda.

Fontes oficiais entendem que as operações de troca de dívida não ficam comprometidas pela "final trade date" do dia 22 de fevereiro último, fixada com os bancos credores. Desde que os MYDFA não troquem de mãos a partir de agora, as operações de "swap", interpretam, poderiam continuar usando as carteiras de títulos dos bancos credores. Isso, porém, será tema de consulta do governo brasileiro ao comitê de bancos.

(Ver página 28)